

Homossexualidade, Violência e Justiça¹

O tema desta mesa é um panorama sobre a violência e a Justiça. É interessante pensar que, há 28 anos, o grupo *S.O.M.O.S.*, que é considerado o primeiro grupo GLBT do país, foi formado. Em 1980 aconteceu uma manifestação na cidade de São Paulo contra uma prática de limpeza social, como se chamava então, de um delegado que sistematicamente prendia travestis, trabalhadoras sexuais e gays que freqüentavam a área central da cidade. Naquele momento nós éramos, como ainda somos, fortemente vítimas da violência policial, ou seja, vítimas da violência do Estado, para chegarmos a uma posição onde estamos em parceria com o Estado para pensarmos políticas públicas. Além do SOMOS, outro interlocutor presente era a Convergência Socialista, que é que como se fosse uma “nebulosa inicial” de onde sai o movimento contemporâneo GLBT.

Ocorreu nesses últimos 28 anos um processo bastante complexo, sobre o qual não posso me debruçar aqui, mas claro que houve uma ação constante da militância GLBT durante todo esse tempo, que propiciou o panorama atual, acho que também tivemos ações fragmentadas, mas também muito importantes de gays, lésbicas, travestis e transexuais, nos seus espaços de trabalho levantando a questão da discriminação e da violência, seja na pesquisa, nos espaços dos tribunais, da justiça. Temos, ainda, a reação à AIDS nos anos 90, que é um marco fundamental nesse processo, e a lenta e progressiva democratização da sociedade e do Estado brasileiro como pano de fundo para todas estas mudanças.

De todo modo o principal e mais importante passo foi dado em uma noite de 1980, quando houve a primeira manifestação pública de um profundo sentimento de injustiça. Temos que ter a clareza de que a justiça não é apenas um conjunto de instituições e tribunais de leis, ela é também uma percepção, um sentimento de que certas práticas são injustas, e para que este sentimento surja, para que esse passo seja dado nós precisamos tomar consciência da forma mais insidiosa de violência, que é a violência simbólica. O sociólogo francês Pierre Bourdieu define o conceito de violência simbólica como a incorporação pelos dominados, pelos excluídos e pelos discriminados do olhar que sobre eles constroem os dominantes, os que os excluem, os que os discriminam.

Durante muito tempo a homossexualidade e todos os não conformismos de gênero foram, no Brasil, considerados uma mistura de doença, de pecado e de desonra. Quando os que eram considerados desonrados se viam como desonrados, se viam como excluídos, aceitavam essa exclusão. Eles estavam sendo vítimas dessa primeira e mais básica forma de violência, que é a violência simbólica, que também impede que qualquer coisa seja feita.

O que aconteceu nessa primeira manifestação foi, justamente, uma ruptura com a violência simbólica. A conscientização de que não somos desonrados, não somos doentes, não somos perversos, e, portanto, podemos, a partir daí, denunciar outras formas de violência e outras formas de discriminação.

Inicialmente, no Brasil, nós tínhamos dados sobre violência, que eram importantes e politicamente muito relevantes, baseados nos números de assassinatos de gays, lésbicas,

¹ *Transcrição da apresentação do antropólogo Sérgio Carrara na I Conferência Estadual GLBT, Rio de Janeiro, 17 de maio de 2008.

travestis e transexuais divulgados na imprensa. São dados muito importantes, mas são dados muito frágeis por que eles vem da imprensa principalmente e, por isso, não são dados plenamente confiáveis. A partir de 2003, nós do CLAM/UERJ recebemos o convite do Grupo Arco-Íris para fazermos um outro tipo de levantamento, um outro tipo de pesquisa sobre vitimização, usando a Parada do Orgulho GLBT como *locus* de trabalho. A idéia era ideal porque, na Parada, nós tínhamos uma mostra de todas as categorias, de todos os grupos. Nela se reúne a diversidade da comunidade e ao mesmo tempo de vários lugares do Estado. Isso traz um outro tipo de trabalho para mensurar a discriminação e a violência que atinge a população GLBT. É, portanto, uma pesquisa pioneira, é a primeira feita no país com esse perfil, inicialmente no Rio de Janeiro, depois reproduzida em várias cidades do Brasil, como Porto Alegre, São Paulo e Recife, em parceria com instituições locais. Ela inspirou outras pesquisas realizadas de forma independente, como a que foi feita em Belo Horizonte, e também em Buenos Aires, Santiago e Bogotá. Esta pesquisa tem se expandido, se mostrando uma experiência muito interessante, e que constituiu um grande corpo de conhecimento, de dados sobre violência e discriminação.

De acordo com nosso estudo, em relação à agressão verbal ou ameaça de agressão, mais da metade da população entrevistada já sofreu esse tipo de discriminação. Pode-se ter idéia também, através desta pesquisa, da dimensão da agressão física por causa da sexualidade – que tem um índice bastante alto – chantagem ou extorsão, violência sexual e o uso do “boa noite cinderela” também com incidências significativas.

Os dados de nosso estudo são fundamentais para subsidiar políticas públicas. Cada tipo de agressão ou violência merece um tratamento diferenciado e nós temos que estudar modos de enfrentamentos diferentes para cada tipo de violência.

Na pesquisa também investigamos as modalidades de discriminação. Pergunta-se se já foi discriminado em serviço de saúde, no trabalho, no ambiente familiar, na escola, entre outros. Observando como se comportam os dados, vale lembrar que a hierarquia entre eles é a mesma, ou seja, os dados espelham uma experiência que é comum, há uma variação de cidade para cidade. Mas, por exemplo, amigos e vizinhos formam o contexto de discriminação mais relatada por todos os informantes em todas as cidades. Esses dados são importantes por que são, também, discriminações e violências que merecem estratégias de abordagens completamente distintas. Diferentemente do racismo, por exemplo, a homofobia atinge também a família, nós somos discriminados na família, diferentemente de outras minorias. Salta aos olhos a importância do ambiente familiar nesse tipo de discriminação, como também fica claro que, para atingir esse tipo de discriminação, a política tem que ser de natureza distinta da política usada para trabalhar a violência que atinge GLBTs nos serviços de saúde.

São dados estratégicos para a discussão em torno da criminalização da homofobia. Percebe-se que, apesar de transexuais ainda relatarem em maior número a experiência de agressão física, ela se configura como experiência mais compartilhada entre todos os grupos. Os dados tendem a ser muito mais próximos na distribuição geral da média, em incidência alta.

O nosso desafio aqui é mudar esse quadro através de políticas públicas, porém além de pensar as políticas públicas em si é preciso ter atenção para os termos da sua construção. Um dos perigos que devem ser evitados é a vitimização. Não podemos nos colocar na

posição de “coitadinhos”. O grande ponto de atenção da agenda do movimento, neste âmbito, deve ser o equilíbrio entre a denúncia e o orgulho, pois pensando na violência simbólica nós somos comprometidos com a emancipação, mas, em parte, também com a subordinação, o que faz com que existam coisas que devem ser lembradas ao próprio movimento, aos grupos, e não só para o Estado e para os que nos discriminam.

Outro perigo é a reificação das identidades. Quando falamos em GLBT, ou LGBT, é como se transexuais não tivessem uma orientação sexual. Os termos estão construídos de formas excludentes entre si, o indivíduo ou é transexual ou é gay, como se não existissem transexuais gays. Nós sabemos bem que essas formações identitárias são complexas, existem transexuais heterossexuais, existem transexuais gays e existem transexuais lésbicas. O trabalho no plano político divide, não há como ser de outra forma, a identidade é fundamental na organização, mas não se pode perder de vista que elas são fluidas, que se passa de uma para outra, que as identidades se combinam e que algumas ficam de fora. Um caso evidente no Brasil são os intersexuais, que em outros países tem uma presença marcante. Na Argentina, por exemplo, a marcha é GLBTI. Lá os intersexuais também fazem parte do movimento. Este grupo não está aqui, não está nas nossas medidas. Vale lembrar que este é um grupo que passa por um processo de medicalização, que passa por cirurgias, por que tem o que os médicos chamam de genitália ambígua, ou seja, eles não são facilmente classificáveis como homens ou mulheres.

A linguagem do movimento precisa ser a mais incluyente possível. Isto deve ser objeto de preocupação constante para, justamente, poder dar conta da fluidez dessas identidades, que me parece ser sua maior riqueza, e da ausência de outras que vão existir ou que existem e não estão ainda muito bem representadas entre nós.